

Francisco Régis Lopes Ramos

Doutor em História Social – PUC/SP. Professor do curso de História da Universidade Federal do Ceará UFC e bolsista produtividade do CNPq.

OBJETO GERADOR: Considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história.

Resumo

Se aprendemos a ler palavras, é preciso exercitar o ato de ler objetos, de estudar a história que há na materialidade das coisas. Além de interpretar a história através dos livros, é plausível estudá-la por meio de objetos. Foi pensando nisso que, em 2004, publiquei o livro *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. No presente artigo apresento algumas reflexões sobre a proposta deste livro, sobretudo a respeito da proposta de trabalho com o objeto gerador.

Palavras-Chave: História, museu, objeto, ensino, sociedade de consumo.

Abstract

If we learn to read words, you need to exercise the act of reading objects, to study the history that is in the materiality of things. In addition to interpreting history through books, it is plausible to study it through objects. Thinking about that in 2004 published the book *Damnation object: the museum in history teaching*. In this article I present some reflections on the purpose of this book, especially about the job offer with the generator object.

Keywords: History, museum, object, education, consumer society

O ensino de história a partir dos objetos

A utilização de objetos na educação histórica pressupõe perguntas em sintonia com os recortes temáticos. E tudo pode ficar mais interessante se a visita à exposição for precedida não só por explicações sobre o tema, mas também por exercícios com artefatos do dia a dia. Exemplo: se há indumentária no museu, vale a pena desenvolver atividades sobre a relação dos estudantes com as roupas que eles vestem ou deixam de vestir. Assim, tornar-se-ia possível entender que a roupa faz parte das relações sociais, expressando os mais variados tipos de poder.

É evidente que, ao redor dessa operação lúdica e cognitiva, há o risco do anacronismo: achar que as coisas expostas são apenas coisas ultrapassadas, ou que os “antigos” eram crianças que hoje se tornaram adultos... A comparação com o presente sempre pode ser perigosa, mas se torna absolutamente necessária, porque é exatamente aí que nós cultivamos a consciência histórica, entendendo que o presente não está solto no ar, pois depende das pontes com o passado e o futuro.

Saber por que uma sociedade restringia ou ampliava o uso de um objeto não se trata de mera curiosidade, e sim de uma reflexão sobre as dinâmicas de poder. Longe do reflexo, essa reflexão passa necessariamente por uma crítica sobre os acordos e os conflitos que transformaram o que ontem existia naquilo que hoje existe, sem desprezar aquilo que poderia ter existido e ainda pode existir. Fica claro, portanto, que os objetos são veículos privilegiados para o pensamento sobre a própria historicidade do ser humano atual. Afinal, somos criadores e criaturas de artefatos. Fazemos e usamos objetos e, na mesma medida, somos feitos e usados por objetos.

Por exemplo: as fardas dos alunos e das alunas são compostas (atualmente) em fábricas e trazem, além do símbolo da escola, a etiqueta do fabricante. Homens e mulheres explorados (as) pelo capital inserem-se em um longo (e rápido) processo de transformação da natureza em objeto, e do objeto em mercadoria. Operários e operárias, vendedores e vendedoras estão marcados (as) por essas roupas. Por outro lado, os estudantes tornam-se “alguém” quando colocam a pele em contato com o tecido. Alunos e alunas até podem usar a mesma farda, mas de maneiras distintas, com sonhos e frustrações que caracterizam cada pessoa. Há, também, os que são impedidos de usar, porque não tiveram acesso à escola ou foram obrigados a abandoná-la.

Implementar esses exercícios, fazendo conexões com práticas sociais de determinados períodos cronologicamente situados, significa alimentar a história dos objetos no ensino de história. É assim, por exemplo, que a batina do Padre Cícero no Museu do Ceará e o vestido da Maria Bonita no Museu Histórico Nacional transformam-se em objetos de conhecimento.

Também é assim que, no Museu da República, o pijama com que o presidente Vargas morreu ganha substância existencial, quer dizer, passa a ter existência no tempo e no espaço da consciência histórica.

A batina do padre, a farda do policial, o paletó do advogado e o jeans do estudante não são inocentes. Recortados, montados e costurados, todos esses tecidos misturam-se à outra tessitura, dão sentido e forma aos contornos da epiderme. As roupas cobrem e descobrem o corpo, na medida em que escondem e mostram o jeito com que cada um se afirma.

É por isso que não daria para compreender a imagem do Padre Cícero de jeans ou do presidente Vargas numa batina de padre. Aliás, é até possível imaginar esses personagens assim deslocados (coisa que fiz ao escrever e o leitor acabou de fazer). Mas eles deixam de ser o que eram e transmutam-se em outras pessoas (prato feito para o riso dos irreverentes ou a indignação dos admiradores). Do mesmo modo, nós passamos a ser outros (pelo menos na aparência) quando nos cobrimos de outras roupas.

Em princípio, não há limites tipológicos, pois o que conta é vincular o que vai ser visto no museu com o tema estudado em sala de aula e com objetos contemporâneos, a partir de perguntas historicamente fundamentadas. Não para confirmar noções de progresso ou regresso, mas para estabelecer diferenças e contradições. Os usos pedagógicos de roupas e outros objetos são, portanto, infinitos. Afinal, o ensino que se serve da cultura material como fonte de saber histórico se nutre, também, da criatividade dos museus e das escolas, ou melhor, dos que trabalham nos museus e nas escolas, em nome do futuro que o passado ainda pode gerar.

Objeto de fato

Para superar a “educação bancária”, baseada na racionalidade instrumental, Paulo Freire projetou uma forma de alfabetização para adultos por meio de “palavras geradoras”, isto é, palavras que tivessem mais sentido para quem iria ser alfabetizado e que fossem utilizadas como matéria-prima para a descoberta da forma pela qual as palavras seriam escritas. A ideia era gerar um movimento de leituras de palavras com leituras do mundo, com a escrita e a re-escrita do mundo.

Paulo Freire argumenta que não se trata simplesmente de uma técnica que coloca uma palavra em conexão com determinada circunstância. A palavra isolada não fazia sentido na sua (inter)ação educativa, e sim na trama entre palavras em relação íntima com a realidade histórica do mundo, realidade cotidianamente vivida e cotidianamente pensada, não somente para ter informações sobre o existente, mas sobretudo para promover transformações. Sobre isso vale a pena citar o pedaço de uma das suas últimas palestras, em que ele se aproxima e se afasta de Emília Ferreiro, reafirmando seu compromisso de perceber que é impossível dissociar o ato

educativo do mundo político:

Ora, diz-se, então, que eu falava em palavra geradora e que não poderia ser a palavra geradora, mas tem de ser a sentença... É claro, como eu falava, nos anos 50, e nos anos 40, em palavra geradora, alguém que tenha vivido naquela época e tenha visto algum tipo de experiência assim vai lembrar que nós partíamos de um discurso linguístico, da linguagem do alfabetizando e não do educador (...). Por isso mesmo, então, o que se teria de fazer, de acordo com a minha proposta, era uma pesquisa do que eu chamava “universo vocabular mínimo dos alfabetizandos”. Nesse universo, nós selecionávamos palavras com que partíamos para a experiência. Quer dizer, no fundo, o que eu propunha era uma análise do discurso popular e, depois, durante a análise, a apreensão de determinadas palavras que eram chaves — no discurso, não em si — para, com elas, no processo da síntese, chegar ao discurso global de novo. (...) Quer dizer, na verdade, o que eu queria era provocar o homem e a mulher comuns, para que se descobrissem como competentes de fazer cultura também, mesmo analfabetos.

Assim, o próprio alfabetizando perceberia que faz cultura quando fura o chão e constrói uma cacimba. Perceberia que, se ele constrói coisas, ele pode “mudar o mundo de cultura, que é o mundo da política.” Aí, exatamente aí, ressalta Paulo Freire, “não tenho nada que ver mais com a Emília [Ferreiro]. Quer dizer, as preocupações de Emília jamais levaram Emília a discutir isso”. A produção da linguagem, de acordo com Paulo Freire, jamais estaria desvinculada da produção política: “O que eu queria era combater a ideologia fatalista segundo a qual Deus ou destino são os responsáveis pela péssima vida do explorado e do dominado.”¹

Em certo sentido, a pedagogia do diálogo contida na “palavra geradora” pode servir de base para o trabalho com *objetos geradores*. Por exemplo: em sala de aula, no museu ou em outros espaços educativos, o professor faria uma pesquisa e escolheria objetos significativos para os alunos, ou participantes de certo grupo, e daí realizaria exercícios sobre a leitura do mundo através dos objetos selecionados.²

O objetivo primeiro do trabalho com o *objeto gerador* é exatamente motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do ser humano. Ora, tal exercício deve partir do próprio cotidiano, pois assim se estabelece o diálogo, o conhecimento do novo na experiência vivida: conversa entre o que se sabe e o que se vai saber – leitura dos objetos como ato de procurar novas leituras.

Escolhido o objeto, a partir de sua inserção significativa na vida cotidiana, há de ter a criação de mais uma atividade que explicita melhor a própria relevância do objeto para quem o

¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 161.

² Para uma discussão mais aprofundada sobre o uso do “objeto gerador”, consultar: RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do Objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Editora Argos, 2004.

colocou na qualidade de *objeto gerador*. Tudo indica que a via mais frutífera não é somente implementar a discussão coletiva em torno do objeto escolhido. Em certas ocasiões, torna-se mais profundo o exercício que chega à complexidade do objeto por meio da ficção, ou melhor, de uma narrativa criada por cada participante do grupo. Cria-se um envolvimento coletivo para que cada um invente e conte uma história na qual o objeto tenha um papel decisivo: a fotografia que gerou um conflito, a roupa que despertou um romance, o ônibus que quebrou e possibilitou a conversa entre dois futuros amigos, o esclarecimento de um crime a partir da caneta encontrada pelo investigador...

Pode-se, também, fazer com que cada participante traga de casa um objeto para ser apresentado ao grupo, através de comentários sobre a relação de quem o escolheu com a própria escolha. Outra opção é trabalhar com objetos que se carregam em bolsas, nos bolsos ou no próprio corpo, tais como: carteiras de identidade, dinheiro, pente, espelho, caneta, retratos, santos, camisa, sapato, calça... Assim, vão se criando condições para diálogos *sobre* e *com* o mundo dos objetos. O importante é que seja construída a circunstância para que se fale sobre objetos da vida cotidiana.

Fica bem evidente que o ponto de partida para o trabalho aqui defendido é a pedagogia de Paulo Freire, mas, ao mesmo tempo, essa base teórica é entrelaçada com outras perspectivas, que veem de modo diferente a conexão entre sujeito e objeto. O importante, nesse sentido, é também perceber o domínio do objeto sobre o sujeito, não no intuito de simplesmente inverter uma relação de poder historicamente constituída na modernidade, mas para buscar outras formas de ser e estar no mundo e com o mundo.

O trabalho com *objetos geradores* não se vincula a relações nas quais o sujeito simplesmente descobre o objeto. Não se trata da revelação à luz de métodos cujos passos estão seguramente definidos. Antes de tudo, o potencial educativo dos *objetos geradores* reside no exercício de alargamento do nosso ser no mundo, da experiência de viver a historicidade do ser que dá existência a nós e ao mundo, em suas múltiplas ligações.

Perscrutar objetos expostos no museu, ou em uma sala de aula, não é um ofício de analisar o que passou, mas interpretar a presença do pretérito, em suas múltiplas dimensões temporais. É por isso que, apesar de tudo, um museu histórico faz sentido: em seus objetos, há vidas latentes, prolongamentos do corpo, acordos e rupturas diante do espaço e do tempo. Como ressalta Merleau-Ponty, “Habituar-se a um chapéu, a um automóvel ou a uma bengala é instalar-se neles ou, inversamente, fazê-los participar do caráter volumoso de nosso corpo próprio. O hábito exprime o poder que temos de dilatar nosso ser no mundo ou de mudar de existência anexando a nós novos instrumentos.”³

³ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 199.

Antes de mostrar objetos, o museu é o lugar do corpo exposto. Ao saber que nas exposições há pedaços amputados, o ensino de história com objetos começa a ganhar profundidade existencial. Em sua trama de conflitos historicamente engendrados, o objeto está entre o passado e o futuro – presença de temporalidades.

O ser dos objetos existe na relação com o ser dos outros objetos e o ser humano. Falar sobre objetos é falar necessariamente acerca de nossa própria historicidade. O trabalho pedagógico com o *objeto gerador* sugere que, inicialmente, sejam exploradas as múltiplas relações entre o objeto e quem o escolheu. Mais cedo ou mais tarde, isso desemboca em outros atos criativos: a relação entre objetos do presente e do passado e o próprio questionamento sobre as divisões entre o pretérito e o mundo atual. Tais exercícios vão, pouco a pouco, constituindo base para um relacionamento mais crítico com as exposições museológicas. Mas isso só acontece porque há, antes de tudo, uma abertura de visibilidade, o alargamento da percepção. Desse modo, o *objeto gerador* não é método. É antes parâmetro hermenêutico para a construção criativa de práticas pedagógicas que possibilitam novas leituras da nossa própria historicidade.

A historicidade dos objetos reside no tempo, nas marcas do uso, da falta de uso ou nas fendas do abuso. É por isso que sentimos o que é novo, assim como imaginamos o tanto de décadas ou séculos que possui determinado objeto. Afinal, com quantas histórias se faz um objeto? Como foi feito? Por quem? Por quê? Quando? Como foi amado ou odiado? Como foi permitido ou proibido? Como foi sedutor ou repugnante? Em que sentido foi sacralizado ou profanado? Como se tornou público ou interditado? Quantos segredos (in)confessáveis... E tantas outras cargas de sentimentos e conflitos... Tensões mais íntimas ou de caráter social...

O trabalho com o “objeto gerador”, vale salientar, pode cair em alguns equívocos. Por exemplo, a confusão entre história e memória. O importante não é apenas relacionar o artefato com lembranças pessoais ou coletivas. Isso pode ser um ponto de partida, mas nunca o ponto final. Não se trata de simplesmente compor um canteiro de recordações, ou justificar identidades a partir de certas materialidades. Fundamental e inegociável é chegar à história, em sua dúvida metodicamente conduzida, em sua capacidade para lidar com as diferenças sem reduzi-las a um rol de diversidades prontas e acabadas. Cabe ao grupo que transforma o objeto em objeto gerador a tarefa de gerar a reflexão histórica, que significa necessariamente lidar com tensões e conflitos.

“Partir da realidade do aluno” não significa “ficar na realidade do aluno”. Pelo contrário, porque o verbo estudar implica, necessariamente, na saída dessa dita “realidade”, para torná-la mais complexa, em comparações criativas com situações mais amplas. Nesse sentido, aliás, Paulo Freire tem sido muito incompreendido. O que ele queria, ao falar sobre o respeito diante da cultura de todos os alfabetizandos, não era defender a reverência ou a sacralização do

“discurso do outro”, e sim explicitar onde começa o trabalho educativo (que, a rigor, tem finalidade, mas não tem fim). Do mesmo jeito, a história deve tratar a memória como matéria de estudo, e não como a voz que vem do passado e simplesmente deve ser escutada e credenciada.

Uma segunda armadilha vincula-se a essa confusão entre memória e história: transformar os debates sobre os artefatos em sessões de terapia, em que o professor se vê numa situação na qual ele não tem domínio (e nem deveria, já que existem profissionais especializados na questão). Relacionar objetos com a vida pessoal não é um exercício de desabafo coletivo. Pode ser, mas em espaços devidamente preparados para tais empreitadas. Numa aula de história, em espaços formais ou não, o que realmente interessa é partir da cultura material atrelada a um problema histórico. Não adianta simplesmente perguntar por perguntar. A pergunta deve ter sentido de análise da historicidade.

Como ressalta Paul Veyne, “um fato não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis”. O fato histórico não é um dado, não é dado à percepção como ser puro – essência do acontecimento. Conhecer o passado significa interrogá-lo a partir de questões historicamente fundamentadas. Na medida em que são vestígios do passado recente ou mais longínquo, os objetos também se constituem em um “cruzamento de itinerários possíveis”. Não possuem essência, não são definidos de modo pronto e acabado: são tessituras, tramas em movimento.⁴

3. A insustentável leveza do tempo

Quer seja nas sociedades antigas através do papel desempenhado pela cavalaria (os primeiros banqueiros romanos eram cavaleiros) ou no poder marítimo através da conquista dos mares, o poder é sempre o poder de controlar um território por mensageiros, por meios de transporte e de transmissão. Independentemente da economia da riqueza, uma abordagem do político não pode ser feita sem uma abordagem da economia da velocidade. O papel desempenhado pela velocidade é diferente segundo a sociedade considerada.⁵

Há uma relação íntima entre poder e velocidade. Intimidade historicamente situada, dependente das circunstâncias nas quais as sociedades constituem maneiras de compor conexões entre tempo e espaço. Paul Virilio chega a afirmar que, se não é possível fazer separações entre riqueza e velocidade, qualquer estudo sobre o poder passa necessariamente pelo “poder dromocrático”. *Dromos*, em grego, significa corrida. Emerge, portanto, um campo de investigação de primordial importância: a análise sobre a maneira pela qual as sociedades dão suas carreiras e suas paradas.

A Idade Média conheceu os pombos-correios com Jacques Coeur, o

⁴ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. UnB, 1982, p. 45.

⁵ VIRILIO, Paul. *Cibermundo: a política do pior*. Lisboa: Editorial Teorema, 2000, p. 15.

grande financeiro da época. A sociedade colonial conheceu o poder marítimo da Inglaterra e da França. A sociedade do pós-guerra conheceu o poder aéreo com a capacidade dos aviões super-sônicos que transpõem a barreira do som na década de 50. Hoje, a sociedade mundial está em gestação e não pode ser compreendida sem a velocidade da luz, sem as cotações automáticas das bolsas de Wall Street, de Tóquio ou de Londres.⁶

Virilio adverte que o ato de viajar se constituía em três etapas: a partida, o trajeto e a chegada. Com a aceleração geral do mundo contemporâneo, “a chegada generalizada dominou todas as partidas”.⁷ É o tempo que engole o espaço e o espaço que engole o tempo, em uma perda da própria experiência vivida. Ao lado da “ecologia verde”, que denuncia a poluição da natureza, Virilio propõe uma “ecologia cinzenta”: “Ao lado da poluição visível, bem material, bem concreta, há uma ecologia das distâncias. A poluição é também a poluição da grandeza natural pela velocidade. (...) A velocidade polui a extensão do mundo e as distâncias do mundo”.⁸

Nesse sentido, Virilio diz que corremos o risco de provocar o acidente dos acidentes: “o acidente do tempo”. Catástrofe que vem acontecendo, aos poucos, quando a hipertrofia do presente vai dominando o passado e o futuro, na medida em que a partida vai eliminando o trajeto em nome da chegada.

Quando a velocidade aumenta, a duração diminui. Tal equação é, em síntese, o sentido que rege a aceleração dos objetos na sociedade de consumo. Fruto permitido e proibido do capitalismo, o objeto transformado em mercadoria foi se instituindo na constante diminuição da vida média. Nesse caso, o acelerado aumento da mortalidade dos artefatos corresponde ao insaciável incremento da natalidade. Objetos são criados em desespero contínuo, para alimentar o consumo, igualmente desesperado. Depois de comprado, o objeto não deve ter vida longa: desgasta-se logo ou logo fica “fora de moda”. Nunca houve, em nenhuma sociedade, uma relação tão próxima entre berçário e cemitério.

Nessa perspectiva de estudar a biografia dos artefatos, não se pode desprezar, certamente, os aspectos quantitativos, as estatísticas que dão conta das várias trajetórias delimitadas no começo e no fim desses artefatos. Mesmo com algumas restrições, penso que se deva levar em consideração as sugestões de Abraham Moles em torno de uma “demografia dos objetos.”⁹

Enfrentar a sociedade de consumo é, ou deveria ser, o pressuposto básico de qualquer atividade relacionada ao uso de objetos em aulas de história, pois a consciência histórica não trata do passado isolado, e sim das várias tramas entre pretérito e presente, sem esquecer o

⁶ Idem, p. 15.

⁷ VIRILIO, Paul. *Cibermundo... Op. cit.*, p. 62.

⁸ VIRILIO, Paul. *Cibermundo... Op. cit.*, p. 63.

⁹ MOLES, Abraham. *Rumos de uma cultura tecnológica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973, p. 213.

campo de expectativas ligado ao futuro. O estatuto atual do objeto é, portanto, ponto de partida. Só assim torna-se viável, por exemplo, as chamadas “visitas educativas” aos museus ou a quaisquer outros “lugares de memória”.

Afinal, o conhecimento histórico se faz no presente e pelo presente, que interpela o passado. A distância entre o que passou e o tempo atual não é o entrave ou o caminho a ser eliminado ou percorrido com a chamada “neutralidade científica”. Como ressalta Gadamer, “o tempo não é um precipício que devemos transpor para recuperarmos o passado; é, na realidade, o solo que mantém o devir e onde o presente cria raízes”.¹⁰

Esse tempo, entre raízes e antenas, não é simplesmente a presença do presente, mas a presença das conexões que nós poderemos fazer entre passado e presente, passado e futuro. Aqui, por uma questão de recorte metodológico, vou me deter sobre a temporalidade dos objetos atuais, aqueles produzidos no calor da “sociedade de consumo”. Com isso, defendo que se torna completamente indispensável, para a construção da consciência histórica, a proposição de atividades pedagógicas com artefatos da contemporaneidade.

Uma proliferação incessante de objetos. Essa é, certamente, uma característica do mundo no qual vivemos. Além do aparecimento constante de certas novidades que rapidamente se tornam de uso mais ou menos comum, como o telefone celular, o videocassete ou o CD, coisas já inventadas ganham rapidamente outras cores e formatos. Estamos, como diz Jean Baudrillard, no “tempo dos objetos”. No passado, não muito distante, havia uma perenidade que hoje já não há: “os objetos viam o nascimento e a morte de gerações humanas. Atualmente, são os homens que assistem ao início e ao fim dos objetos”.¹¹

Quem nasceu nos anos 1970 não manuseou discos de cera, com uma música de cada lado. Para os adolescentes da década de 1990, o disco de vinil apresentou-se como coisa fora de uso comum. E assim, vemos nascer e morrer objetos, com uma rapidez que assusta e excita, no desejo sempre renovado de consumir. O “tempo dos objetos” pressupõe a existência da “sociedade de consumo”.

Beatriz Sarlo indica que o consumidor da atualidade é um *coleccionador às avessas*: “em vez de colecionar objetos, coleciona atos de aquisição dos objetos”. Coleciona, de modo excitante, “atos de compra e venda”. Assim, há sempre uma ausência, falta de objetos que nunca é preenchida por novas aquisições. Depois de sair da vitrine, o objeto vai se desvalorizando e, mais cedo ou mais tarde, transforma-se em algo fora de uso, sem a sacralidade que o envolvia. Objetos efêmeros, que nos escapam: “às vezes porque não podemos consegui-los, outras vezes porque já os conseguimos...” Sorrateiramente, ergue-se um poder dos objetos, sedução de vida e

¹⁰ GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 67.

¹¹ BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 15.

morte: “a liberdade daqueles que os consomem surge da férrea necessidade do mercado de converter-nos em consumidores permanentes”.¹²

A “sociedade de consumo”, que se reproduz em uma interminável rede de fome e morte, realiza-se, também, no desejo, na vontade insaciável do consumir, na produção incansável de objetos. Se o templo dos “coleccionadores às avessas” é o *shopping center*, o altar de adoração é certamente a vitrine, lugar onde a sacralização do mercado mostra toda sua carga de erotismo e cinismo. A velocidade ganha estatuto de lei canônica, que (des)regula o infinito gozo da liberdade de provar os sabores da novidade. O velocímetro vira relógio biológico, marcando os passos de uma liturgia profana e profanadora, mas em nome do sagrado e da sacralização.

Não é difícil perceber que alguns museus transformaram seus acervos em materiais de consumo visual, em conchavo com o “tempo dos objetos”. Por outro lado, esse mesmo “tempo dos objetos” pode dar mais argumentos para o museu assumir nova abrangência: o próprio estudo das condições que possibilitam a “sociedade de consumo”. No “tempo de objetos”, o museu seria um núcleo educativo de insubstituível importância, centro de estudos sobre a historicidade dos objetos, instituição de pesquisa onde o contemporâneo ganharia um *status* sem precedentes... Enfrentar, por meio dos objetos, os sentidos de passado e futuro que habitam o presente tornar-se-ia um desafio ético abrangente e, ao mesmo tempo, específico, uma via de posicionamento crítico em consonância com o desafio pedagógico do museu.

A questão é que, muitas vezes, a alternativa criada diante dos museus tradicionais, que glorificavam a história das classes dominantes, não foi a favor de um posicionamento reflexivo, e sim em nome do espetáculo da “sociedade de consumo”. Os museus, desse modo, embarcam na onda de consumo visual do patrimônio histórico, geralmente associado a um turismo predador. Daí, as chamadas “políticas culturais” ficam reféns do “mercado”, para implementar a “indústria e o comércio dos bens simbólicos”. E tudo é feito como “construção da cidadania”, porque gera “emprego e renda”. Ora, o que muitas vezes acontece é que todo esse vocabulário que une cultura e economia vai minando aquilo que seria, dentro dessa mesma lógica do mercado, a “grande atração”: o conjunto dinâmico das peculiaridades culturais. É claro que, na complexa rede de produtores, consumidores e intermediários, o casamento entre dinheiro e política cultural nas instituições públicas não é, em si mesmo, o demônio a ser afastado com a água benta do “intelectual engajado”. O que se torna inadiável é sempre colocar em pauta os parâmetros da ética para o funcionamento do poder público e sua capacidade de intervenção, sobretudo a sua potência de assumir a condição de caixa de ressonância, sensível à multiplicidade sutil e feérica das tessituras sociais. O que geralmente se vê nessa engrenagem é um esvaziamento do político em nome de estereótipos, daquilo que é postigo, artificial e oficial, e sobretudo

¹² SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 27.

daquilo que é passível de se transformar em “material de consumo”. Afinal, se estamos falando de políticas públicas, fugir da ética pública é submeter-se aos padrões do mercado.

A proposta aqui defendida para as políticas patrimoniais e, especialmente, para as políticas museológicas, não se ancora na preservação de uma suposta “identidade cultural” ou do “resgate do nosso passado”, e sim no direito à diversidade histórica, no direito à multiplicidade das memórias como pressuposto básico para a construção de um potencial crítico diante da nossa própria historicidade. Assim, a preservação tem o intuito de dar a todos nós o direito de saborear a diferença, de perscrutar as marcas de outros tempos, criando em nós a consciência de que somos seres historicamente constituídos. Se vamos apagando a materialidade do pretérito, que está, por exemplo, na própria configuração urbana, vamos esvaziando o jogo do tempo, aniquilando o processo educativo de entrar em contato com o tanto de experiência vivida que pode ser encontrado no mundo dos objetos.

Enfim, como não poderia deixar de ser, há uma questão de fundo político na relação que se faz entre memória e preservação (ou estudo) da memória, entre cultura e administração das instituições públicas chamadas “culturais”, como museus, arquivos, teatros, secretarias de cultura etc. E, contrariando o clichê, não se trata somente de descobrir as “raízes culturais”. O mais importante é dialogar com o que já foi feito, sabendo por quem foi feito, para quem e contra quem foi feito. Tratar a cultura em sua constituição conflituosa, dialogar com o passado, não para sentir saudade ou tentar salvá-lo do esquecimento, mas para interpretá-lo como fonte de conhecimento a respeito das nossas idas e vindas nos mapas da temporalidade. Se vamos apagando as marcas do pretérito, perdemos o potencial educativo de experimentar as diferenças temporais, de sentir a estética do tempo como forma de entender o que éramos, o que somos e o que poderemos ser.

O tempo do Consumo

Para trabalhar com objetos da sociedade de consumo no ensino de história, é preciso considerar, antes de tudo, que tais objetos devem ser tratados como documentos históricos. E os documentos históricos só fertilizam a reflexão crítica a partir de problemáticas historicamente fundamentadas. Os tempos de duração dos artefatos contemporâneos podem ser, por exemplo, um campo fértil para a composição de problemas históricos nas aulas de história, em interação com outras áreas, como a biologia, a química e a física. O inegociável, na chamada interdisciplinaridade, é simples: as disciplinas não podem desaparecer.

Cito um caso concreto para deixar mais clara a posição, aqui defendida, a respeito dessa perspectiva interdisciplinar. Trata-se do livro “Plástico: bem supérfluo ou mal necessário?”.

Na introdução há o seguinte:

Podemos dizer que a humanidade, que já vivenciou as idades da Pedra Lascada, da Pedra Polida e dos Metais, encontra-se atualmente na Era dos Plásticos. Leves e resistentes, práticos e versáteis, duráveis e relativamente baratos, eles são uma das expressões máximas da idéia da tecnologia a serviço do homem. Contudo, em virtude de sua não-degradabilidade e também da redução progressiva dos estoques naturais de matérias-primas, eles podem representar uma séria ameaça ao meio ambiente. Vale a pena ter o conforto proporcionado pelos plásticos, mesmo sabendo que, num futuro próximo, os terrenos sanitários poderão estar abarrotados de montanhas de lixo plástico, que demorarão décadas para desaparecer? Compensa viver com a poluição proveniente das indústrias que os produzem? É sensato utilizar o petróleo, fonte de combustível e de matéria-prima, para fabricar plásticos, cujo destino final é o lixão municipal? Mas, por sua vez, seria uma decisão inteligente proibir a fabricação desse tipo de material e viver sem o conforto que ele traz? Seria justo suspender o uso de plásticos como, por exemplo, o teflon, empregado em próteses ósseas, marcapassos e dentaduras? Enfim, haveria um meio-termo conciliador para todas essas e tantas outras questões polêmicas relativas aos plásticos? Mocinho ou bandido? Bem supérfluo ou mal necessário? Este livro não tem a pretensão (ou, até por que não dizer, o autoritarismo) de esboçar uma resposta acabada e definitiva a essa indagação. Sua proposta consiste, ao contrário, em fornecer um mínimo de informação científica e tecnológica sobre os plásticos, suas propriedades e aplicações, vantagens e desvantagens. Então, após estar munido dessas informações – e, espera-se, tanto vacinado contra as maravilhosas colorações publicitárias que endeusam os plásticos, quanto prevenido contra “ecologismos catastróficos” e “chutes” baseados no senso comum e nas informações veiculadas pela mídia (nem sempre corretas e confiáveis nos seus aspectos científicos) -, cabe ao leitor posicionar-se, como pessoa e cidadão, diante dessa controvertida e atual discussão. Faz, portanto, parte da proposta desta obra proporcionar subsídios para que o leitor possa entender por que há tanta polêmica no que diz respeito aos plásticos, à necessidade de seu reaproveitamento através da reciclagem e à sua degradação natural por intermédio de uma produção que pense nisso previamente. Finalizando a introdução, gostaria de esclarecer que, embora este livro seja destinado a pessoas que já se iniciaram no estudo de Química do Ensino Médio, acredito que um leigo também possa tirar algum proveito do conteúdo aqui exposto. Basta não dar às formulas e nomes químicos uma importância maior do que eles têm.¹³

É um texto que parece promover a construção do conhecimento histórico. Até existe, nesse livro, um capítulo intitulado “Um pouco de história dos plásticos”. Mas é aí que se percebe, de modo mais evidente, a falta de uma fundamentação histórica. A história é confundida com sequência de datas e fatos. Em poucas palavras: o autor acredita que mais informações sobre o passado e o presente promoveriam mais consciência histórica.

¹³ CANTO, Eduardo Leite do. *Plástico; bem supérfluo ou mal necessário?* 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2004, p. 9.

Não cabe, aqui, uma análise mais detalhada sobre isso, até porque esse livro faz parte de um variado conjunto de publicações pretensamente didáticas que, a rigor, estão mais próximas de uma certa literatura de autoajuda para quem acha que o saber se confunde com armazenamento de informações. Vou apenas identificar uma carência que deixa ainda mais anêmico o sentido crítico que o referido autor deseja ter: não há discussões sobre as inúmeras conexões entre o desenvolvimento do plástico e (re)produção das desigualdades sociais na exploração capitalista. A evolução da técnica fica solta no ar, como se bastasse citar uma sequência de inventores e suas invenções ou um inventário de problemas técnicos e soluções igualmente tecnológicas.

A ecologia até aparece, mas igualmente solta, como se a questão fosse apenas defender ou acusar o plástico, como se houvesse neutralidade científica diante da sociedade, da economia, da política, dos objetos... Tudo é resumido na simplificação do título: “Plástico: bem supérfluo ou mal necessário?”. Não há dúvidas, por outro lado, que certas informações trazidas nesse livro podem ser fundamentais, mas na medida em que forem inseridas em problematizações históricas, prontas para gerar reflexões sobre a nossa condição de criadores e criaturas do tempo.

Conhecer o passado de modo crítico significa, antes de tudo, viver o tempo presente como mudança, como algo que não era, que está sendo e que pode ser diferente. Mostrando relações historicamente fundamentadas entre objetos atuais e de outros tempos, o museu e a sala de aula ganham substâncias educativas, pois há relações entre o que passou, o que está passando e o que pode passar.

No cotidiano, usamos uma infinidade de objetos: desde a televisão até uma roupa. Por outro lado, pouco pensamos sobre os objetos que nos cercam. Se pouco refletimos sobre nossos próprios objetos, a nossa percepção de objetos expostos no museu será também de reduzida abrangência. Sem o ato de pensar sobre o presente vivido, não há meios de construir conhecimento sobre o passado. E o próprio conhecimento do presente já pressupõe referências ao pretérito. É por isso que qualquer museu histórico pode (e deve) ter, em seu acervo, artefatos do mundo contemporâneo.

Se aprendemos a ler palavras, é preciso exercitar o ato de ler objetos, de observar a história que há na materialidade das coisas. Além de interpretar a história através dos livros, é plausível estudá-la por meio de objetos. Foi pensando nisso que, em 2004, publiquei o livro *A danação do objeto: o museu no ensino de história*.¹⁴

Perguntar-se sobre nossas roupas comparando-as com as vestimentas da década de 1950 ou da aristocracia francesa do século XVIII é, por exemplo, uma das questões que podem

¹⁴ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A Danação do Objeto... Op. cit.*

desencadear processos de sensibilização para a historicidade dos objetos com os quais lidamos no dia a dia. Uma outra questão poderia vislumbrar a relação entre o relógio que está no braço dos alunos, ou no pátio, e a noção de tempo necessária à chamada “Revolução Industrial”. Ou a relação desse mesmo relógio com a “sociedade de consumo”. Pode-se questionar a ligação do relógio com a destruição da natureza, a busca de lucros que insidiosamente proclama que “tempo é dinheiro”, as diferenças entre o tempo dos “índios” que não usavam relógios e o tempo do mundo capitalista...

No museu ou na sala de aula, um copo descartável pode ser tomado como fragmento do tempo monetário, no qual tudo deve durar pouco, pois o ideal é sempre acelerar os índices de consumo. Mais coisas consumidas em menor quantidade de tempo: tempo marcado pela matemática e pouco marcante nas afetividades da memória, tudo em nome de um presente artificialmente eternizado.

O melhor exemplo que eu conheço de trabalho com tais artefatos foi dado por Ulpiano Bezerra de Meneses:

Um museu de cidade, por exemplo, pode contar com uma coleção de relógios de rua. E pode ampliar tipologicamente tal coleção e também expô-la tipologicamente, em paralelo a várias outras classes de objetos, cada uma em seu segmento taxonômico. Pouco conhecimento se terá da cidade, salvo numa escala pontual e limitada. Sequer ficariam claras as funções desse tipo de monumento urbano. No entanto, caso se parta de um problema (que a própria coleção de relógios pode sugerir), como a do tempo enquanto forma de controle social no espaço urbano, já se pode montar uma estratégia e mobilizar outras coleções existentes ou definir uma política de coleta. Assim, a partir do relógio de rua, como referência que projetava no espaço urbano as significações do tempo enquanto fator de organização e convergência, numa sociedade em processo rápido de fragmentação, buscar-se-iam relações com outras formas de controle social por meio dos objetos pertinentes. Como, por exemplo, a domesticação do tempo natural pelas exigências da produção, que nossa sociedade impõe. A produção requer continuidade, mas o tempo natural apresenta rupturas como a alternância dia/noite. Daí ser adequado incorporar à exposição coleções de equipamentos de iluminação (doméstica, industrial, de rua), capazes de permitir o entendimento deste domínio sobre o tempo. Outra relação poderia ser com o domínio da duração das coisas, da vida útil dos objetos reduzidos à mercadoria, a fim de que elas circulem mais rapidamente (é, portanto, a mesma matriz). Assim, a exposição contaria também com uma coleção de objetos descartáveis, como embalagens, copos, por exemplo, ou outros objetos marcados pelo efêmero ou pela obsolescência programada. Poderia parecer uma exposição compósita, eclética. De fato, mas nisso mesmo ela remete às múltiplas malhas da interação social, sem a qual escaparia o sentido histórico dos diversos tipos de objetos

exibidos.¹⁵

Aqui, a base é a problemática histórica diante dos objetos, em diálogo político com as teorias sobre a sociedade de consumo. É claro que, a partir dessa sugestão, pode-se abrir um amplo território de possibilidades educativas. Imagino grandes exposições, juntando os mais variados objetos descartáveis com os mais variados relógios, a partir de recortes que vão depender do enfoque que se deseja. Por outro lado, penso em pequenas exposições de estudantes do ensino fundamental ou médio, na sala da escola, com propostas que podem relacionar história e biologia, por exemplo.

Seria interessante levar certos objetos de plástico para aulas sobre temas clássicos, como industrialização, urbanização ou globalização. É plenamente viável propor que, além da voz, os professores utilizem objetos, não importando o tema, porque o que dá a qualidade da construção da consciência histórica é o problema historicamente fundamentado.

Pode-se pensar, por exemplo, como há relações entre o desenvolvimento do capitalismo e a redução do tempo dos objetos, inclusive com destaque para a atual proliferação de relógios de plástico e o crescente desaparecimento de oficinas de consertar relógios.

E a relação dos relógios com as propagandas? Refiro-me não somente a propagandas para vender relógios, facilmente encontradas em jornais e revistas de todo século XX e que apresentam um infindável cardápio de indícios sobre os usos dos ponteiros, passando por questões de gênero, classe social, distinções entre público e privado, simbologias do poder.

Reporto-me, também, às atuais propagandas nos relógios públicos e privados. Atrás dos ponteiros, é comum a colocação de informes publicitários. Trata-se de um recurso que extrapola a propagação do consumo, entrando, sem pudores, na propaganda da fé. Afinal, não é difícil encontrar no comércio de eletrodomésticos a existência de relógios de plástico com a figura de um santo atrás dos ponteiros. E, nesse caso, nem é preciso dizer que há sempre um furo no rosto da imagem, quase sempre no nariz, evidenciando que a lógica de funcionamento dos objetos nas sociedades sempre foge de regras congeladas.

Outro desdobramento possível para o exercício é comparar o tempo mecânico do relógio com a noção de tempo de outras culturas. Se observarmos a temporalidade vivida pelos chamados “índios”, veremos que há uma considerável distância entre o que somos e o que eles são, dando a nós a possibilidade de pensar sobre o quanto há de glória e malvadeza em nossa própria experiência de contar as horas. Somos cativos do tempo? Como esse sentido de prisão foi se tornando possível? Como o relógio transformou-se em objeto normal e necessário?

Vale ainda breve menção ao emprego de certos objetos (como o próprio copo

¹⁵ BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 2, 1994, p. 32.

plástico) para entabular diálogos interdisciplinares, a exemplo dos relacionados à educação ambiental. Um objeto descartável tem seu valor de uso aviltado, reduzido, depreciado pela rapidez de seu consumo/destruição, mas sua matéria-prima cobra e dá a ver o alto custo social e natural da produção fabril massificada: o plástico, que em um momento fugaz era objeto, e logo depois virou lixo, requer algumas centenas de anos para se decompor no meio ambiente, pois não é biodegradável. Isso, obviamente, implica em discussões sobre o estatuto do objeto na sociedade de consumo.

Nesse sentido, é plausível discutir a criação de “Museus do Consumo”, que seriam, em certo sentido, a mesma coisa de “Memoriais do Lixo”. Afinal, a sociedade de consumo, na qual vivemos, se faz na medida em que produz uma sociedade do lixo. Além de ser “meio de vida” para milhares de moradores das periferias, o lixo expõe e esconde uma multiplicidade de vivências com os objetos. Objetos que são restos do consumo, ou melhor, objetos que já foram definitivamente consumidos dão uma reviravolta e começam a despertar uma série de consumos, em certo sentido, inusitada, de uma criatividade anônima que se compõe nas táticas de sobrevivência.¹⁶

Nas casas da periferia, em sua própria constituição ou em objetos de uso doméstico, está a infinita presença dos materiais já gastos pela sociedade de consumo: plásticos, vidros, latas, papéis, papelões, borrachas, ferros, alumínio. Garrafas de plástico ou vidro transmutam-se em recipientes utilitários ou adornos; latas viram copos ou a parede da casa; coisas de plásticos geram flores de plástico; tudo é recortado, refeito, repostado, repintado, tudo é (re)formado, em uma dinâmica permanente e provisória, de vida e morte, de esquecimento e memória, profunda e à flor da pele, imanente e transcendente.

A sociedade de consumo é a sociedade do descartável somente para uma parcela da sociedade: os que têm dinheiro para consumir. Para a grande maioria, o descartável é a possibilidade de restituir a vida dos objetos, dando-lhes um pequeno valor monetário ou novas utilidades. O objeto finado transfigura-se em objeto ressuscitado. Mas tudo continua transitório, de pouca durabilidade, e o lixo utilizado com pouco tempo volta ao lixo inútil, mas que talvez ainda possa ser útil em alguma indústria de reciclagem.

Na sociedade cheia de objetos, novos ou com novos formatos, há um imenso vazio. Temos, então, um paradoxo inevitável: a proliferação dos objetos cria, ao mesmo tempo, uma deliberada perda de durabilidade, uma presença que se realiza na ausência programada. Os objetos já nascem para morrer rapidamente, em nome do “avanço tecnológico”, do “novo modelo”, do “conforto”, da “beleza” e da “saúde” dos “usuários”. O obituário das invenções cresce vertiginosamente. Na medida em que tem íntima relação com as mazelas e glórias das

¹⁶ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A Danação do Objeto... Op. cit.*

subjetividades contemporâneas, a curta duração dos objetos deve necessariamente ocupar um lugar de destaque nas reflexões sobre os feitos e as faltas dos museus (e das aulas) de história.

E não se trata apenas de desenvolver trabalhos com temáticas mais específicas, como “museu do telefone”, “museu do brinquedo” ou “memorial do lixo”. Ao pôr em cena a necessidade de coletar, conservar e expor objetos da atualidade, os museus não podem fugir do debate sobre os sentidos dos objetos na “sociedade de consumo”, levando em consideração a grande complexidade que reside no próprio desenvolvimento do capitalismo.

Já que no ensino de história por meio de objetos o lixo não pode faltar, vale a pena citar uma crônica de Luis Fernando Veríssimo. Trata-se do diálogo entre a senhora do 601 e o senhor do 612, quando se encontraram pela primeira vez. Estavam na área de serviço, “cada um com seu pacote de lixo”. Aproveitando a situação, ela fez a ponte entre a polidez quase anônima do “Bom dia” e uma confissão quase repentina: “Desculpe a minha indiscrição, mas tenho visto o seu lixo...”. A partir daí, os objetos começam a falar, ou melhor, transformam-se na via de acesso entre dois desconhecidos, que já conversavam, mas sem palavras.

- Reparei que nunca é muito. Sua família dever ser pequena...
- Na verdade sou só eu.
- Mmmm. Notei também que o senhor usa muita comida em lata.
- É que eu tenho que fazer minha própria comida. E como não sei cozinhar...
- Entendo.
- A senhora também...
- Me chame de você.
- Você também perdoe a minha indiscrição, mas tenho visto alguns restos de comida em seu lixo. Champignons, coisas assim...
- É que eu gosto muito de cozinhar. Fazer pratos diferentes. Mas como moro sozinha, às vezes sobra...
- A senhora... Você não tem família?
- Tenho, mas não aqui.
- No Espírito Santo.
- Como é que você sabe?
- Vejo uns envelopes no seu lixo. Do Espírito Santo.
- É. Mamãe escreve todas as semanas.
- Ela é professora?
- Isso é incrível! Como foi que você adivinhou?
- Pela letra no envelope. Achei que era letra de professora.
- O senhor não recebe muitas cartas. A julgar pelo seu lixo.
- Pois é...¹⁷

No modo pelo qual o texto se constitui, do começo ao fim, há uma impressionante trama de ligações entre sujeitos e objetos, uma complexa rede de conexões que pode sair de coisas aparentemente inanimadas, como se o lixo fosse um museu de novidades, porque o acervo

¹⁷ VERÍSSIMO, Luis Fernando. *O Analista de Bagé*. Porto Alegre: L&PM Editora, 1982, p. 83.

estaria em constante renovação e, em cada visita, tudo seria visto pela primeira e única vez.

Depois do telegrama amassado, seguido de muitas carteiras de cigarro, a trama fica ousada e quem dispara é ele, ansioso para saber até onde a conversa poderia chegar: “Você brigou com o namorado, certo?”. Ela, no mesmo ritmo, engata uma pergunta “Isso você também descobriu no lixo?” e recebe uma resposta mais ou menos esperada: “Primeiro o buquê de flores, com o cartãozinho, jogado fora. Depois, muito lenço de papel”.

Mas nada é tão simples assim. Veríssimo sabe disso como poucos e, no calor da fronteira entre o público e o privado, insere as devidas ambiguidades diante de lencinhos, fotografias e outras materialidades.

- É, chorei bastante, mas já passou.
- Mas hoje ainda tem uns lencinhos...
- É que eu estou com um pouco de coriza.
- Ah.
- Vejo muita revista de palavras cruzadas no seu lixo.
- É. Sim. Bem. Eu fico muito em casa. Não saio muito. Sabe como é.
- Namorada?
- Não.
- Mas há uns dias tinha uma fotografia de mulher no seu lixo. Até bonitinha.
- Eu estava limpando umas gavetas. Coisa antiga.
- Você não rasgou a fotografia. Isso significa que, no fundo, você quer que ela volte.
- Você já está analisando o meu lixo!
- Não posso negar que o seu lixo me interessou.
- Engraçado. Quando examinei o seu lixo, decidi que gostaria de conhecê-la. Acho que foi a poesia.
- Não! Você viu meus poemas?
- Vi e gostei muito.
- Mas são muito ruins!
- Se você achasse eles ruins mesmo, teria rasgado. Eles só estavam dobrados.
- Se eu soubesse que você ia ler...
- Só não fiquei com eles porque, afinal, estaria roubando. Se bem que, não sei: o lixo da pessoa ainda é propriedade dela?
- Acho que não. Lixo é domínio público.
- Você tem razão. Através do lixo, o particular se torna público. O que sobra da nossa vida privada se integra com a sobra dos outros. O lixo é comunitário. É a nossa parte mais social. Será isso?
- Bom, aí você já está indo fundo demais no lixo. Acho que...
- Ontem, no seu lixo...
- O quê?
- Me enganei, ou eram cascas de camarão?¹⁸

E assim, nessa peleja que fascina e prende o leitor, a troca de palavras continua. No final das contas, o casal encontra nas cascas de camarão o tão desejado motivo para uma nova conversa. Encontro que iria dar, mais cedo ou mais tarde, coisas novas no lixo.

¹⁸ VERÍSSIMO, Luis Fernando. *O Analista de Bagé... Op. cit.*, p. 85.

Imagino que é nesse jogo do cotidiano apresentado por Veríssimo que reside a matéria-prima para o uso dos objetos no ensino de história. E não será exagero concluir que a literatura tem um papel fundamental para fazer vínculos entre o ensino de História e a História dos objetos.

Não se trata, obviamente, de apenas fazer do objeto uma fonte de informação sobre o sujeito. Isso pode ser o primeiro passo. A crônica de Luiz Fernando Veríssimo, por exemplo, é significativa como abertura da percepção para as relações entre os seres humanos e suas coisas materiais, mas isso deve ser apenas o começo. Torna-se necessário problematizar as relações sociais mediadas pela cultura material.

O trabalho dos objetos através da literatura não pressupõe o descarte da interpretação história. Pelo contrário: a interpretação da história social da cultura continua sendo a base, e é sobre esta base que a literatura é convocada para alargar a potência do ensino de história.

O objeto: poética e narrativa

As interconexões entre literatura, história e objetos podem ser um caminho promissor para aulas de história. A literatura, nesse caso, teria a missão de abrir a percepção, funcionaria como uma espécie de museu onde os objetos estão expostos de uma maneira muito especial: nas tramas da narrativa, isto é, em funcionamento cotidiano. O uso da literatura parece-me indispensável para qualquer atividade em torno do uso dos objetos no ensino de história, na medida em que ressalta as temporalidades dos objetos, na medida em que reafirma que a matéria-prima de cada artefato é o tempo no qual ele ganha existência.

Um sapato, por exemplo, não deve ficar no plano de uma definição abstrata. É preciso inseri-lo no tempo. Uma das maneiras de fazer essa inserção é colocá-lo numa trama narrativa. Assim, enredado no tempo, o sapato passa a ter a possibilidade de ser tratado como documento histórico. Nas narrativas, os objetos ganham vida juntamente com a vida dos sujeitos. Um sapato, para continuar com o mesmo exemplo, deixa de ser uma generalidade e ganha substância existencial. Nesse sentido, vale a pena lembrar o depoimento de Primo Levi sobre uma situação extrema, a sua vida no campo de concentração:

“(...) Aprendemos o valor dos alimentos; nós também, agora, raspamos o fundo da gamela, e a seguramos debaixo do queixo quando comemos pão, para não desperdiçar migalhas. Nós também, agora, sabemos que não é a mesma coisa receber uma concha de sopa retirada da superfície, ou do fundo do panelão, e já estamos em condição de calcular, na base da capacidade dos diversos panelões, qual é o lugar mais conveniente quando entramos na fila. (...) Aprendemos que tudo serve: o pedaço de

arame, para amarrar os sapatos; os trapos, para envolver os pés; o papel, para forrar (embora proibido) o casaco contra o frio. Aprendemos que, por outro lado, tudo pode ser roubado, aliás, que é automaticamente roubado ao menor descuido, e para evitar isso tivemos que aprender a arte de dormir apoiando a cabeça numa trouxa feita com o casaco e contendo todos os nossos pertences, da gamela até os sapatos. (...) E não é de crer que os sapatos signifiquem pouco, na vida do Campo. A morte começa pelos sapatos. Eles se revelaram, para a maioria de nós, verdadeiros instrumentos de tortura que, após umas horas de marcha, criavam feridas dolorosas, sujeitas a infecção na certa. A gente, então, caminha como se tivesse uma bola de ferro amarrada no pé (daí, a estranha andadura do exército de fantasmas que a cada noite voltava em formação de marcha); sempre chega por último, e sempre apanha; se perseguido, não consegue fugir; seus pés incham e, quanto mais incham, mais insuportável torna-se o atrito com a madeira e a lona dos sapatos. Então, só resta o hospital, mas entrar no hospital com o diagnóstico *dicke Füße* (pés inchados) é sumamente perigoso, já que todos sabem (e especialmente os SS) que essa doença, aqui, não dá para curar.¹⁹

Os sapatos, aliás, os próprios sapatos dos estudantes em uma aula de história podem ser, portanto, objetos geradores para o estudo de muitos temas, inclusive o nazismo. Estudo em um sentido profundo, por meio do desenvolvimento de uma consciência histórica e a partir de objetos do presente, relacionando-os com outras situações, criando assim reflexões sobre a historicidade do existente. Desse modo, o saber histórico deixa de ser a história dos outros, para se transformar na nossa história, feita de mudanças e permanências, semelhanças e diferenças, mas sempre refeita por seres humanos em contato com objetos, nas mais variadas situações, criando e destruindo poderes de vida e morte. Isso significa tratar o objeto como documento histórico a ser estudado por meio de problemáticas historicamente fundamentadas.

Para reduzir um complicado problema à sua mínima expressão, no nível empírico, pode-se dizer que documento é um suporte de informação. Há, em certas sociedades, como as complexas, uma categoria específica de objetos que são documentos de nascença, são projetados para registrar informação. No entanto, qualquer objeto pode funcionar como documento e mesmo o documento de nascença pode fornecer informações jamais previstas em sua programação. Se, ao invés de usar uma caneta para escrever, lhe são colocadas questões sobre o que seus atributos informam relativamente à sua matéria-prima e respectivo processamento, à tecnologia e condições sociais de fabricação, forma, função, significação etc. – este objeto utilitário está sendo empregado como documento. (Observe-se, pois, que o documento sempre se define em relação a um terceiro, externo a seu horizonte original). O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de limão. O documento não tem em si sua própria identidade,

¹⁹ LEVI, Primo. *É isto um homem? ... Op. cit.*, p. 32.

provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há por que o documento material deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica.²⁰

Perscrutar objetos expostos no museu, ou em uma sala de aula, não é um ofício de analisar o que passou, mas interpretar a presença do pretérito, em suas múltiplas dimensões temporais. É por isso que, apesar de tudo, um museu histórico faz sentido: em seus objetos, há vidas latentes, prolongamentos do corpo, acordos e rupturas diante do espaço e do tempo.

Os poetas ensinam que os objetos não estão rigidamente separados da pele, da carne alimentada de sangue. É por isso que, no caixão do morto, vai somente uma parte do corpo. O enterro sempre deixa pedaços:

Os objetos sobrevivem ao morto:
os sapatos,
o relógio,
os óculos
sobrevivem
ao corpo
e solitários restam
sem conforto.

Alguns deles, como os livros,
Ficam com o destino torto.
Parecem filhos deserdados
ou folhas secas no horto.
As jóias perdem o brilho
embora em outro rosto.

Não deveriam
deixar pelo mundo
espalhados
os objetos órfãos do morto,
pois eles são, na verdade, fragmentos
de um corpo.²¹

Antes de mostrar objetos, o museu é o lugar do corpo exposto. Ao saber que nas exposições há pedaços amputados, o ensino de história com objetos começa a ganhar

²⁰ BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. *Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público*. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 11, n. 21, 1998, p. 95.

²¹ SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Intervalo amoroso e outros poemas escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1999, p. 78.

profundidade existencial. Em sua trama de conflitos historicamente engendrados, o objeto está entre o passado e o futuro – presença de temporalidades. Presença de tempos em prolongamentos do nosso corpo. Jean Brun argumenta, a partir do pensamento de Bergson, que os nossos órgãos são instrumentos naturais e os nossos instrumentos são órgãos artificiais. A ferramenta, por exemplo, continua o braço. Os utensílios da humanidade são, portanto, prolongamentos do corpo humano.²²

Nesse sentido, é impressionante notar que, em certas ocasiões, a literatura só consegue falar de certas configurações existenciais do ser humano com a ajuda de referências do mundo dos inanimados. Cito um caso, intimamente ligado a um objeto: o automóvel. O autor é Mía Couto:

Cruzamo-nos com um luxuoso automóvel enterrado no areal. Quem traria viatura da cidade para uma ilha sem estrada?

— Olha, é o Tio Último! — e acenam.

Meu Tio Último, todos sabem, é gente grande na capital, despende negócios e vai politicando consoante as conveniências. A política á a arte de mentir tão mal que só pode ser desmentida por outros políticos. Último sempre espalhou enganos e parece ter lucrado, acumulando alianças e influências. No entanto, ele ali se apresenta frágil, a mercê de uma pobre mão. No tractor comentam vastamente o carro afocinhado, rodas enfronhadas na areia. Mas não param. Ainda há alguns que insistem nos deveres solidários. Mas Fulano Malta é terminante:

— Ele que se desenterre — é sua arreganhada sentença.²³

Pensando nesse carro preso, imagino que se torna inviável falar de certos sujeitos sem falar de certos objetos, que se torna impossível se referir a determinados comportamentos sem mencionar artefatos. Isso, não tenho dúvidas, não é somente um recurso estilístico do texto ficcional. Trata-se, também, de perceber que os humanos se fazem por meio dos inumanos, que os comportamentos se realizam por meio de utensílios. Veja-se, por exemplo, mais um parágrafo do romance *Quincas Borba*.

O parágrafo se inicia com a ação de uma pessoa: “Um criado trouxe o café”. A seguir o foco se desloca para os objetos: “Rubião pegou na xícara e, enquanto lhe deitava açúcar, ia disfarçadamente mirando a bandeja, que era de prata lavrada”. Daí o tema passa a ser a matéria com a qual os objetos foram feitos: “Prata, ouro, eram os metais que amava de coração; não gostava de bronze, mas o amigo Palha disse-lhe que era matéria de preço; e assim se explica este par de figuras que está na sala, um Mefistófeles e um Fausto”.

No mesmo parágrafo, e alargando a ironia com a qual o autor escreve, a narrativa

²² BRUN, Jean. *A Mão e o Espírito*. Lisboa: Edições 70, 1991, p. 64.

²³ COUTO, Mía. *O outro pé da sereia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 28.

passa dos objetos para pessoas como se elas também fossem objetos, e ainda mais, também feitos de matérias que podem ser nobres ou não, a depender da moda em vigor. O leitor fica sabendo que o criado era espanhol, que Rubião resistiu para aceitá-lo e até argumentou que “estava acostumando aos seus crioulos de Minas”. Mas, no final das contas, cedeu: “o amigo Palha insistiu, demonstrando-lhe a necessidade de ter criados brancos”.²⁴

O possuidor, quando está possuindo, também é possuído. O usuário, quando está usando, também é usado. O fabricante, quando está fabricando, também é fabricado. A ficção, mais do que qualquer outra área, sabe muito bem disso. E é exatamente isso que faz da literatura uma via de acesso para a construção de problemáticas históricas diante dos objetos.

Quando o museu se coloca como instituição que expõe estudos de cultura material, pressupõe-se exatamente isso: a vida que há nos objetos, a historicidade constitutiva dos objetos, que permite novas aventuras para o ato de conhecer o nosso mundo e o mundo de outros tempos e outros espaços.

Bibliografia

- ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- BALANDIER, Georges. *O Dédalo – para finalizar o século XX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- _____. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Ed. 70, 1995.
- BEZERRA DE MENEZES, Ulpiano. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 2, 1994.
- _____. O museu de cidade e a consciência da cidade. In: *Museus & Cidades – livro do Seminário Internacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.
- BRUN, Jean. *A Mão e o Espírito*. Lisboa: Edições 70, 1991, p. 64.
- CANTO, Eduardo Leite do, *Plástico; Bem supérfluo ou mal necessário?* 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2004.
- COUTO, Mía. *Cada homem é uma raça*. Lisboa: Editorial Caminho. 1990.
- _____. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das Letas, 2003.
- _____. *O outro pé da sereia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MOLES, Abraham. *Rumos de uma cultura tecnológica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

²⁴ ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. São Paulo: Martin Claret, 2012, p. 26.

- MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: Arantes, Antônio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.
- HUYSSSEN, Andreas. Escapando da amnésia: o museu como cultura de massa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.23, 1994.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Editora Argos, 2004.
- SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.
- SANTOS, Milton. *Território e sociedade – entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- SANT’ANNA, Affonso Romano de. *Intervalo amoroso e outros poemas escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- VARINE, Hugues de. Le musée au service de l’homme et du développement. (1969) In: Desvallées, André. *Vagues: une anthologie de la nouvelle museologie*. Paris: Éditions W.M.N.E.S., 1992.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
- VERÍSSIMO, Luis Fernando. *O Analista de Bagé*. Porto Alegre: L&PM Editora, 1982, p. 83.
- VIRILIO, Paul. *Cibermundo: a política do pior*. Lisboa: Editorial Teorema, 2000.